

**COMUDA**  
Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Droga e o Álcool  
XIV Reunião Ordinária  
5 de Maio, Galeria Olido – auditório

**Presentes:**

**MEMBROS TITULARES:** MARIA SILVIA CAVASIN MATANÓ (SME); CRISTINA MARIA VISCOME (SMADS); AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC); LEONARDO PENAFIEL PINHO (INCLUI MAIS); ANTÔNIO SÉRGIO GONÇALVES (AIJF); MARIA ELIZABETH TASSINARI (CRF/SP); RENATO DEL SANT (CREMESP); GISELE NANINI MATHIAS (SEE); **MEMBROS SUPLENTE:** STELLA MARIS COLONATO (INCLUI MAIS); FERNADA VALENTE SCHULTZ (AIJF); **MEMBROS COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA:** CAIO YAMAGUCHI (SNJ); EUCLIDES CONRADIM (GCM) **DEMAIS PRESENTES:** INSPETOR GUILHERME(GCM); MYRO ROLIM (CEDECA INTERLAGOS); MAURO SPINOLA (FUNDAÇÃO PORAS ABERTAS); MAURICIO MAURRUTO FEMANIS (SMSU-GCM); RODRIGO (INSTITUTO MENSAGEIROS); RAFAEL MARTINS (INSTITUTO MENSAGEIROS)

**Pauta:**

Apresentação da Secretaria de Educação sobre Crianças e Adolescentes; Ação na Cracolândia 29/04;

**Informes:**

A Sra. Maria Angélica Comis (SMCDH) informou que na reunião não contaríamos com o sistema de degravação, portanto, a ata seria feita manualmente e também a impossibilidade de confirmar a presença da Liga do Funk, porém na próxima reunião ordinária o convite será feito com antecedência.

O Sr. Leonardo Penafiel Pinho (Inclui Mais) informou que iniciou consultas na Câmara de Vereadores para incluir a SMCDH como membro titular. Na legislação atual, para que a inclusão fosse possível, seria necessário que outra Secretaria saísse.

Para evitar a substituição de uma Secretaria por outra, seria necessário que a Câmara aprovasse um PL, que passaria mais facilmente pela Casa, caso fosse vontade do COMUDA e não uma proposta do Executivo. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho se comprometeu a elaborar um rascunho dessa proposta, incluindo também uma nova forma de eleição para os Conselheiros, a fim de aumentar a representatividade da Sociedade Civil no COMUDA. O rascunho será apresentado na próxima Reunião Ordinária do COMUDA.

## **Discussão:**

A Sra. Maria Silvia Cavasin Matanó (SME) apresentou o Programa #TamoJunto (**Apresentação da Secretaria de Educação sobre Crianças e Adolescentes**), importado da Bélgica pelo Ministério da Saúde, o projeto está atrelado ao programa do Governo Federal “Crack é Possível Vencer”. Adaptado a realidade brasileira por pesquisadores da UNIFESP e da UFSC, tem como objetivo postergar um possível uso de substâncias tóxicas, com foco no “Crack”.

O pré-piloto foi aplicado em escolas de São Paulo, São Bernardo e Florianópolis, experiência que constatou que os alunos mais adequados a participar do programa são os do 8º ano. O projeto é intersetorial, contando com a participação das Secretarias de Saúde, Segurança e Educação, e em São Paulo é feito em parceria entre o Governo do Estado e do Município.

O Sr. Myro Rolim relatou que participou do processo de tradução do programa e fez dois questionamentos: Se houve grande mudança na linguagem, devido as características peculiares do Brasil e de cada cidade e comunidade, e se não há algum projeto para alunos mais próximos ao uso, com uma idade mais avançada do que os que participam do #TamoJunto, que é, em média, de 14 anos.

A Sra. Maria Alice respondeu elencando certas particularidades do Projeto: sua universalidade e capacidade de adaptação a realidade específica de cada Escola, pois membros da comunidade (Unidade Básica de Saúde; Centro de Assistência Psicossocial; Professores e Coordenadores da Escola, bem como os familiares) em conjunto com os alunos desenvolvem as atividades que acontecem uma vez por semana, durante 12 semanas.

A Sra. Gisele Nanini (SEE) relatou que o Ministério da Saúde está elaborando um projeto similar para alunos do Ensino Médio, visando atingir um grupo de alunos mais propensos ao contato com as substâncias tóxicas. E ressaltou que grande parte da aceitação dos alunos se deve ao método de aplicação.

Com dinâmicas diferentes de aulas tradicionais, criou-se um vínculo com os alunos e aceitação por parte destes foi grande. São feitas pesquisas com os alunos, colhendo dados sobre o uso de substâncias tóxicas na realidade deles, e depois comparando esses com dados do Ministério da Saúde.

Atividades de desenvolvimento de habilidades sociais também são feitas, bem como reuniões com os pais e familiares, de forma a aproximar família, escola e alunos.

Partiu dos próprios alunos o interesse em um programa semelhante que trate o tema da sexualidade, que já está sendo planejado pelo Ministério da Saúde.

A Sra. Maria Alice relatou sobre o programa 2º Jogo, que é destinado a alunos da 1ª à 4ª série. Ainda em fase de testes e somente aplicado nas escolas do município, o Programa foi importado dos EUA e precisa de adaptações.

São os professores que aplicam o método que é considerado um “jogo de etapas”, que são as seguintes: 0 silêncio absoluto, 1 “cochicho”, 2 conversa normal e assim progressivamente.

Na avaliação feita até então tem o resultado tem sido satisfatório, pois em uma situação que profissionais precisavam fazer uma pesquisa as crianças estavam muito agitadas, o que impossibilitava a realização da atividade. O professor então determinou que era uma situação “0” e os alunos imediatamente cessaram com o barulho.

O Sr. Airton Marangon criticou o método, ao qual chamou de “programa de condicionamento”, que coibia manifestações afirmativas, criando sujeitos adaptados que poderiam ser dominados por qualquer um.

A Sra. Maria Alice ressaltou que é esse o motivo pelo qual o Programa não estava sendo expandido e ainda se encontrava em fase de testes, ao contrário do #TamoJunto.

Encerrada a discussão dos projetos da Secretaria de Educação Sobre Crianças e Adolescentes o Sr. Myro começou sua fala informando que na terça-feira haveria o Fórum Drogas e Direitos Humanos, do projeto Quixote. Além disso, citou a carta da Comissão de Luta Antimanicomial, intitulada “Rua e Resistência”, porém não faria a leitura no momento e mandaria a mesma para o e-mail do COMUDA.

A Sra. Maria Angélica propôs que o COMUDA assinasse a Carta, caso houvesse consenso entre os participantes. Será feita uma votação na próxima reunião. O Sr. Leonardo ressaltou que no dia 18 de maio, a partir das 13 horas, no Vão do MASP, haverá a concentração para uma manifestação em frente a Secretaria de Saúde do Estado, para exigir que o governo financie as RAPS.

O Sr. Myro informou que o CEDECA irá realizar ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A Sra. Maria Angélica propôs que se iniciasse a discussão da próxima pauta (**Ação na Cracolândia 29/04**) e sugeriu que o Sr. Myro, que foi quem indicou a pauta, iniciasse a discussão.

O Sr. Myro discordou do discurso de sucesso, relatando que presenciou várias situações que levantaram alguns questionamentos: Todos sabem que 2 pessoas foram

feridas a bala. Havia policiais a paisana dentro do Fluxo, tal ação foi mal planejada e incabível, pois gerou um tensionamento no ambiente.

As equipes de trabalhadores que se encontravam no local ficaram sujeitas a violência, assim como usuários, moradores e a população que passava ou que na área estava. A tensão provocada pelo ocorrido gerou o conflito que se seguiu e a PM agiu de forma inadequada.

É inaceitável que a GCM não se posicione como parte da Prefeitura e se recuse a dialogar, com inclusive ameaças de prisões aos sujeitos que propunham tal alternativa. Como foi planejada a ação? Pois houve uma perca do vínculo entre os usuários e os trabalhadores, e a PM estava cercado a região das ruas Cleveland e Dino Bueno, abordando todos os transeuntes. Os usuários estão revoltados com o excesso de policiamento e a Prefeitura deve explicar qual o papel da PM.

A Sra. Maria Angélica se posicionou como trabalhadora de campo do “De Braços Abertos” e relatou que também sofreu com bombas e gás. A iniciativa foi pensada como uma ação psicossocial, intersetorial, com uma reunião no dia anterior para definir exatamente como os funcionários deveriam agir.

A GCM deveria seguir o comando único do Capitão Renato e a PM não participaria da ação, exceto a força tática, que já se encontra no local usualmente. No dia 29/04, em torno das 11 horas, já haviam sido incluídos no “DBA” 88 pessoas, e o desmonte foi acordado.

Então chegou ao local o Secretário de Segurança do Estado, que não sabia da ação. Houve um encontro entre o Secretário de Segurança e o Prefeito, que se reuniram com uma liderança do Território. O Sr. Inspetor Guilherme disse que os usuários são doutrinados pelo tráfico.

A Sra. Maria Angélica informou que somente uma liderança esteve presente na reunião e, quando esta retornou ao território, não houve consenso entre os usuários sobre o que foi acordado, que era a retirada de todas as carroças (19) para área da SMADS, pois do fluxo as barracas foram para a Rua Dino Bueno. Foi ressaltado o fato que 17 usuários foram transferidos para o CAPS e 120 para Centros de Acolhida e 8 carroças foram para a SMADS.

O Sr. Inspetor Guilherme informou que os usuários não queriam desmontar as barracas, pois são nelas que ocorre o “comércio” de substâncias ilícitas. Relatou que ele mesmo se disfarça de morador de rua para verificar a situação dos Centros de Acolhida e constatou que o atendimento é ruim, algo como “enxugamento de gelo”.

A Sra. Maria Angélica informou que a orientação era pra que os usuários ocupassem a praça recém reformada, porém com o conflito isso não foi possível. Houve tiros, bombas e os usuários montaram barricadas ateando fogo a colchões e outros objetos.

Durante o confronto os usuários arrebutaram o “buracão”, que deveria ser uma “tenda de uso”. Anoiteceu e as lideranças sumiram do território, os usuários tentaram então ocupar um terreno de propriedade do Governo Estadual. Houve convite para que eles se dirigissem a tenda, porém eles não queriam.

O Sr. Leonardo ressaltou que já houve confrontos em outros momentos. Com a polícia civil e que não é verdade que Prefeitura e Governo do Estado trabalham com conjunto. Há uma diferença de concepção sobre como tratar a questão entre os dois Poderes. Ações de infiltração e policia são ações de provocação com o intuito de gerar conflito.

O COMUDA deve se posicionar em defesa dos trabalhadores e usuários e repudiar a Secretaria de Segurança Pública. Outro elemento importante é o fato de que, desde que o Capitão Renato assumiu o Programa, houve uma diminuição no diálogo. Devido as circunstâncias faz-se necessária uma visita do COMUDA ao Território.

O Sr. Myro concordou com uma carta de repúdio, porém outras medidas tem que ser tomadas. Uma explicação do que aconteceu durante a ação é necessária. E reforçou a necessidade de uma visita do COMUDA ao local.

A Sra. Cristina Viscome (SMADS) ressaltou que era uma ação de inclusão, com grande sucesso na integração e que foi interrompida pela ação dos policia a paisana. Ela mesma se sente responsável pelos trabalhadores que ali estavam e relatou que atualmente o local está repleto de policiais “inexperientes”. Havia o medo da perca do vínculo, porém tal fato não se confirmou.

Os usuários que já estavam inclusos no “DBA” continuam nos hotéis. Ainda há cerca de 250 pessoas extremamente vulneráveis na rua, que recusam as aproximações da Saúde e Assistência Social e não aceitam nada do que é oferecido.

O Sr. Myro indagou sobre a criação do espaço de convivência que estava planejado e o motivo pelo qual ele esbarrava em barreiras institucionais, pois é necessário parar de perder tempo e avançar nessa questão.

A Sra. Maria Angélica levantou a questão sobre a atuação da PM. Que durante as eleições se ausentou. Resultando no reaparecimento das barracas no mês de setembro do ano passado. Era vontade da policia voltar a entrar no território.

O Sr. Inspetor Guilherme informou que alguns membros da GCM, como o Sergio e o Marcos, tem vínculos com os usuários. E ressaltou que a PM não precisa ser chamada para atuar, pois segundo a Carta Magma: toda vez que a instituição julgar que houve quebra da ordem ela pode atuar.

O Sr. Antonio Gonçalves (AIJF) desculpou-se pela ausência. Relatou que estava na reunião como representante do Instituto, porém também fazia parte do Governo. Gerente de um CAPS. Disse que conheceu o Capitão Renato e este pareceu ser solícito. Reafirmou que o vínculo foi mantido. Estranhou-se o fato de um ex-capitão assumir o comando do “DBA”, caberia ao COMUDA questionar tal fato?

O papel desempenhado pela Mídia também foi questionado: a Agência Estadão reportou que a PM estava dando continuidade a ação do “DBA”, ocupando a área. Geralmente os usuários são retratados como “zumbis” e não como sujeitos. É necessário definir o que é tráfico e distingui-lo de negociações diárias para sustentar o uso.

Não é surpresa que a ocorra uma disputa entre Governo Estadual e Municipal nas ações de campo. Ressaltou a complexidade da situação pediu cautela no repúdio a SSP. Levantou o ponto que todos os Gestores estavam no local e questionou se o que aconteceu foi realmente um acidente, mas prefere não se precipitar.

Relatou também uma experiência no CAPS onde trabalha. Onde um policial inexperiente seguiu a risca o protocolo botando em risco todos que se encontravam no local, ressaltando o perigo de se colocar soldados inexperientes em uma região de alta tensão como a Cracolândia.

O Sr. Airton (SCM) ressaltou as manobras eleitoreiras. Comparou a ação da PM durante a virada cultural, quando não há um policiamento adequado. Informou que o Renato é o Sec. Geral do Município e foi indicação do Haddad. Tudo não passa de especulação sobre ele e talvez a sua ex patente os leva a questionar certas coisas.

O Sr. Mauro (Fundação Porta Aberta) agradeceu a oportunidade de estar presente e sugeriu alguns encaminhamentos sobre a gestão e ações do “DBA”. A Sra. Maria Angélica propôs que se definisse uma data para a visita do COMUDA ao “DBA” e o Sr. Myro ressaltou a necessidade de uma visita imediata. A Sra. Maria Angélica então pediu uma reunião extraordinária, que deve acontecer após a visita ao “DBA”.

As datas definidas para a visita e reunião foram, respectivamente, 11 e 12/05. A visita será as 11:00 e a reunião as 14 horas na galeria Olido. Um e-mail será enviado aos conselheiros e assim se encerra a reunião.